

STM

Bolsonaro tem 10 dias para entregar defesa

O ministro Carlos Vuyk de Aquino, do Superior Tribunal Militar (STM), concedeu ontem prazo de dez dias para que os advogados de Jair Bolsonaro apresentem defesa no processo que pede a expulsão do ex-presidente do

Exército, em função da condenação na ação penal da trama golpista. A apresentação da defesa é o primeiro passo no andamento processual da ação na qual o Ministério Público Militar (MPM) pediu, no dia 3 de fevereiro deste

ano, a perda da patente de Bolsonaro, que é capitão da reserva. Após receber a manifestação de defesa do ex-presidente, o processo voltará para o gabinete do ministro. Não há prazo para julgamento do caso. **PÁGINA 7**

CRIME SEM CASTIGO

STJ afasta ministro acusado de abuso sexual

O plenário do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu ontem pelo afastamento cautelar do ministro Marco Aurélio Buzzi, de 68 anos de idade, acusado de importunação sexual por uma jovem de 18 anos. “O afastamento é cautelar, temporário e excepcional”, informou o STJ em nota. “Neste período, o ministro ficará impedido de utilizar seu local de trabalho, veículo oficial e demais prerrogativas inerentes ao exercício da função”, esclarece o tribunal. Buzzi é investigado por sindicância aberta pelo STJ para apurar o caso. A investigação tem como relatores três ministros homens: Antonio Carlos Ferreira, Francisco Falcão e Raul Araújo, escolhidos por sorteio. Foi no âmbito desse processo que o ministro foi afastado de suas funções. O plenário estabeleceu o prazo de 10 de março para a conclusão da sindicância, que pode resultar em penalidades como suspensão ou aposentadoria compulsória. O afastamento cautelar foi decidido depois de o próprio ministro ter pedido licença de 90 dias. **PÁGINA 6**

2026

Novo mínimo e isenção de IR devem ‘injetar’ R\$ 110 bilhões na economia



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho (**foto**), disse, ontem, que o impacto na economia da política de valorização do salário mínimo e da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil é de R\$ 110 bilhões em 2026. Ele discursou em evento para comemorar os 90 anos do salário mínimo, em Brasília. "Se pegarmos o impacto da isenção do Imposto de Renda na economia neste ano e quan-

to que o salário mínimo injeta na economia no ano...é da ordem de R\$ 110 bilhões que será injetada na economia este ano. Mas o salário mínimo é mais de R\$ 80 bilhões dos R\$ 110 bilhões. Então, veja a importância disso", afirmou. Marinho cobrou que a sociedade civil siga cobrando os políticos por mais avanços trabalhistas, seja para os trabalhadores de aplicativo, seja na redução a jornada de trabalho. **PÁGINA 3**

IBGE

Produção industrial no RJ cresce 5,1% em 2025

PÁGINA 4

FARMÁCIA POPULAR

Operação da PF mira fraude de R\$ 30 milhões

PÁGINA 6

CÂMARA



LULA MARQUES/ABRASIL

Motta diz que fim da escala 6x1 pode ser votado em maio

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (**foto**), disse ontem que uma das prioridades da Casa neste ano é votar a redução da jornada de trabalho da escala 6x1. Em suas redes sociais, Motta escreveu que a votação pode se dar em maio. Atualmente, duas propostas estão sendo discutidas na Casa sobre o assunto: uma proposta pela deputada Erika Hilton (PEC 8/25) e outra pelo deputado Reginaldo Lopes (PEC 221/19). "O mundo evoluiu, as tecnologias se desenvolveram e o Brasil não pode ficar para trás. Vamos capitanear a discussão ouvindo a sociedade e o setor produtivo, com a expectativa de votação em maio", escreveu ele, logo após participar de eventoem São Paulo. **PÁGINA 7**

INDICADORES															
IBOVESPA -0,16% / 185.943,21 / -297,94 / Volume: 28.249.010.119 / Negócios: 3.764.586								Bolsas no mundo				Salário mínimo		IGP-M	
Mais Negociados				Maiores Altas				Maiores Baixas				Ufir-RJ		IPCA-15	
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Taxa Selic		CDI	
ENEV3	19,82	-9,66	-2,12	BSLI3	4,27	+12,37	+0,47	SEQL3	0,710	-17,44	-0,150	(28/01)	15%	(28/01)	14,90%
RAIZ4	0,770	-8,33	-0,070	MRSA3B	48,90	+9,89	+4,40	RPMG3	2,17	-15,89	-0,41	TR		OURO	
GOLL54	11,40	+0,09	+0,01	NORD3	4,90	+8,89	+0,40	RCSL4	8,30	-14,43	-1,40	(10/02)	0,1718%	BM&F/grama/RJ	R\$ 844,73
B3SA3	17,45	-0,96	-0,17	BRKM5	10,34	+8,27	+0,79	RVEE3	1,950	-14,10	-0,320	Poupança		EURO Comercial	
ITUB4	48,42	+0,23	+0,11	ETER3	4,37	+7,64	+0,31	DOTZ3	2,860	-10,90	-0,350	(10/02)	0,6727%	Compra: 6,1834	Venda: 6,1840
								Dow Jones						EURO turismo	
								S&P 500						Compra: 6,2574	
								NASDAQ Composite						DÓLAR Ptax - BC	
								Euronext 100						Compra: 5,2021	
								CAC 40						DÓLAR comercial	
														Compra: 5,1956	
														Venda: 5,1962	
														DÓLAR turismo	
														Compra: 5,2175	
														Venda: 5,3975	

MERCADOS



BANCOS

Brasileiros sacaram em dezembro R\$ 429 milhões esquecidos

Andreia Verdélio/Abrasil
Os brasileiros sacaram, em dezembro do ano passado, R\$ 429,18 milhões em valores esquecidos no sistema financeiro, de acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC). No total, o Sistema de Valores a Receber (SVR) já devolveu R\$ 13,35 bilhões a clientes bancários, mas ainda há R\$ 10,27 bilhões disponíveis para saque.

O SRV é um serviço do BC no qual o cidadão pode consultar se ele próprio, sua empresa ou pessoa falecida tem dinheiro esquecido em algum banco, consórcio ou outra instituição, como financeiras e corretoras.

Para a consulta, não é preciso fazer login, basta informar o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e data de nascimento ou o Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a data de abertura da empresa, inclusive para empresas encerradas.

Caso o resultado seja positivo, é preciso acessar o sistema para verificar quanto de dinheiro há a receber, a origem desse valor, a instituição que deve fazer a devolução e seus dados de contato e outras informações adicionais. Para isso, há a necessidade de login com a conta Gov.br, nos níveis prata ou ouro e com verificação em duas etapas habilitadas.

RESGATE

O dinheiro pode ser resgatado de três formas: a primeira é entrar em contato diretamente com a instituição responsável pelo valor e solicitar o recebimento; a segunda é fazer a solicitação pelo próprio Sistema de Valores a Receber, e a terceira é a função de solicitação automática de resgate de valores.

Com a ferramenta, o cidadão não precisará consultar o sistema periodicamente nem registrar manualmente a solicitação de cada valor que existe em seu nome.

Caso seja disponibilizado algum recurso por instituições financeiras, o crédito será feito diretamente na conta do cidadão. A solicitação automática de resgate é exclusiva para pessoas físicas e está disponível apenas para quem tem chave Pix do tipo CPF. A adesão ao serviço é facultativa.

Os valores esquecidos são originados de:

- Contas-correntes ou poupanças encerradas
- Cotas de capital e rateio de sobras líquidas de ex-participantes de cooperativas de crédito
- Recursos não procurados de grupos de consórcio encerrados
- Tarifas cobradas indevidamente
- Parcelas ou despesas de operações de crédito cobradas indevidamente
- Contas de pagamento pré ou pós-paga encerradas
- Contas de registro mantidas por corretoras e distribuidoras encerradas
- Outros recursos disponíveis nas instituições para devolução

BENEFICIÁRIOS

As estatísticas do SVR são divulgadas pelo BC com dois meses de defasagem, com a atualização de novas fontes de valores esquecidos no sistema financeiro.

Em relação ao número de beneficiários, até o fim de dezembro, 37.064.451 correntistas haviam resgatado valores, sendo 33.246.064 pessoas físicas e 3.818.387 pessoas jurídicas. Ainda não sacaram seus recursos 54.620.452 beneficiários, sendo que 49.593.605 são pessoas físicas e 5.026.847 pessoas jurídicas.

A maior parte das pessoas e empresas têm direito a pequenas quantias. Os valores a receber de até R\$ 10 concentram 64,94% dos beneficiários. Os valores entre R\$ 10,01 e R\$ 100 correspondem a 23,3% dos correntistas. As quantias entre R\$ 100,01 e R\$ 1 mil representam 9,9% dos clientes. Só 1,87% tem direito a receber mais de R\$ 1 mil.

GOLPES

O Banco Central alerta os correntistas a terem cuidado com golpes de estelionatários que alegam fazer a intermediação para supostos resgates de valores esquecidos. O BC ressalta que todos os serviços do Sistema de Valores a Receber são totalmente gratuitos, e que não envia links, nem entra em contato para tratar sobre valores a receber ou para confirmar dados pessoais.

A autarquia também pede que nenhuma pessoa forneça senhas e esclarece que ninguém está autorizado a fazer esse tipo de pedido.

2025

Portos movimentaram 1,4 bi de toneladas de cargas

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

A movimentação de cargas nos terminais portuários brasileiros atingiu 1,40 bilhão de toneladas (bi/t) em 2025. O resultado representa um aumento de 6,1% em comparação às 1,32 bi/t registradas em 2024.

O resultado, um novo recorde de movimentação, foi divulgado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) ontem, em Brasília.

No mesmo período, a movimentação de cargas em contêineres aumentou 7,2%, atingindo 164,6 milhões de toneladas. Já as cargas gerais soltas, em 2025, totalizaram 65,8 milhões/t, o que representou um aumento de 0,8% em comparação a 2024.

A movimentação de graneis sólidos variou 6,3%, atingindo 839,7 milhões/t em cargas, enquanto os graneis líquidos chegaram a 333 milhões de toneladas (6,1%).

No geral, o minério de ferro (30%), óleo bruto (16%) e contêineres (12%) representam mais de 50% de toda a carga movimentada. A China se manteve como principal destino do minério de ferro extraído em território brasileiro, consumindo 72% de todo o produto exportado.

Para o diretor-geral da Antaq, Frederico Dias, “é dia de celebrarmos mais um recorde de movimentação do setor aquaviário”.

“Não se trata de um bom momento pontual, mas de uma tra-



EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

jetória de crescimento do setor, que reflete a maturidade institucional do país e da atuação da Antaq”, disse Dias, destacando o “aumento substancial dos investimentos privados” no setor nos últimos anos.

Em 2020, a iniciativa privada investiu cerca de R\$ 129,3 bilhões em infraestrutura portuária. No ano passado, esse valor chegou a R\$ 234,9 bilhões. No setor público, em comparação, o total de investimentos aumentou bem menos, passando de R\$ 36,4 bilhões, para R\$ 45,1 bilhões, quase a metade dos R\$ 88,7 bilhões, de 2010. Somados os dois setores, o inves-

timento saltou de R\$ 165,7 bilhões para R\$ 280 bilhões, em apenas cinco anos.

“Hoje, o país investe mais em infraestrutura do que em toda a sua história. E o fato do setor privado ter [quase] dobrado a quantia investida, mostra o quanto o Poder Público está maduro para fazer parcerias com o setor privado”, avaliou Dias.

“O aumento da produtividade e da eficiência têm limites. (Por isso) É necessário aumentar e fortalecer a capacidade e a disponibilidade da infraestrutura brasileira”, defendeu o diretor-geral da Antaq, revelando que a autarquia

projeta um considerável aumento da demanda por cargas conteneurizadas pelos próximos quatro anos.

Estudos da autarquia indicam que a movimentação portuária alcançará 1,44 bi/t este ano, um crescimento de 2,7% em relação a 2025; e 1,59 bi/t em 2030.

“É fundamental que o Estado crie as condições e possa responder a este grande desafio. Os portos não podem ser o gargalo do crescimento do país. Não basta focarmos da porteira para dentro. Precisamos melhorar os acessos e já estamos avaliando o que precisa ser feito”, enfatizou Dias.

IBGE

2025: indústria cresce mais que a média do Brasil em sete estados

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Em 2025, sete estados do país viram a produção industrial crescer em ritmo superior ao da média nacional, com destaque para o Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Enquanto a indústria brasileira avançou 0,6% em 2025 na comparação com 2024, o Espírito Santo saltou mais de 10%, e o Rio, mais de 5%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal Regional, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para medir o desempenho da indústria nacional anualmente, o IBGE apura informações em 18 localidades. Fazem parte da pesquisa 17 unidades da federação (UF) que têm participação de, no mínimo, 0,5% no total da industrial nacional, e o Nordeste como um todo.

Veja onde houve crescimento

anual acima da média do país (0,6%) em 2025:

- Espírito Santo: 11,6%
- Rio de Janeiro: 5,1%
- Santa Catarina: 3,2%
- Rio Grande do Sul: 2,4%
- Goiás: 2,4%
- Minas Gerais: 1,3%
- Pará: 0,8%

MOTORES

Por causa do peso de 11,38% do total da economia nacional, o Rio de Janeiro exerceu maior influência positiva na média nacional, logo à frente do Espírito Santo.

O analista da pesquisa, Bernardo Almeida, aponta que Rio de Janeiro foi impulsionado pelo setor extrativo, com aumento na extração de petróleo e gás natural. O vizinho Espírito Santo, pelo crescimento na extração de petróleo, minério de ferro e gás natural.

“Santa Catarina aparece como terceira maior influência, puxada principalmente pelos setores de alimentos e por máquinas, apare-

lhos, e materiais elétricos”, pontua. Em relação aos alimentos, ele cita carnes e miudezas de aves congeladas, preparações e conservas de peixe, e embutidos de carnes de suínos.

Três estados viram a indústria crescer no ano passado, mas abaixo da média nacional:

- Bahia: 0,3%
- Paraná: 0,3%
- Amazonas: 0,1%
- Em oito localidades pesquisadas, a produção industrial recuou, com destaque negativo para o Rio Grande do Sul.
- Ceará: -0,6%
- Região Nordeste: -0,8%
- São Paulo: -2,2%
- Pernambuco: -3,8%
- Maranhão: -5,1%
- Mato Grosso: -5,8%
- Rio Grande do Norte: -11,6%
- Mato Grosso do Sul: -12,9%

EXPLICAÇÕES

Como São Paulo tem o maior peso de toda indústria brasileira –

responde por um terço de tudo o que é produzido nas fábricas do país – a queda no desempenho em 2025 (-2,2%) exerceu a maior pressão negativa em 2025.

De acordo com Bernardo Almeida, entre os setores que mais contribuíram para esse desempenho negativo paulista estão o de derivados do petróleo, com quedas na produção de álcool etílico, óleo diesel, gasolina automotiva, asfalto de petróleo e naftas.

O pesquisador acrescenta ainda o setor farmacêutico, com redução na fabricação de medicamentos.

Nos dois estados com quedas superiores a dois dígitos, o responsável é a fabricação de coque, derivados do petróleo e biocombustíveis.

No Rio Grande do Norte, o recuo de 23,2% foi puxada por diesel e gasolina; em Mato Grosso do Sul, depressão de 61,5% foi motivada por baixa produção de álcool etílico.

Nota

FGC APROVA PLANO PARA COBRIR ROMBO DO MASTER E QUER GARANTIR CAIXA JÁ NO 1º TRI

O conselho do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) aprovou um plano emergencial para cobrir o rombo estimado em R\$ 55 bilhões gerado pela liquidação do Banco Master. A informação foi revelada pelo jornal Valor Econômico e confirmada pelo Grupo Estado. O objetivo é garantir que, até o final do primeiro trimestre deste ano, o FGC já tenha caixa líquido compatível com o risco do sistema, segundo uma pessoa a par das discussões. Para isso, os bancos planejam adiantar imediatamente o equivalente a cinco anos de contribuições futuras ao fundo, dividido em três parcelas mensais. Em 2027, haveria mais uma antecipação de 12 meses de repasses e, em 2028, outros 12 meses, o que levaria a um total de sete anos de contribuições adiantadas. Além do adiantamento, o esquema prevê um aumento extraordinário de 30% a 60% no valor pago mensalmente pelas instituições ao FGC, por pelo menos 60 meses, segundo essa pessoa, que falou sob condição de anonimato. Pelas regras atuais, as instituições associadas contribuem mensalmente com 0,01% do total de seus instrumentos financeiros garantidos.

Nota

MACROECONOMIA ESTÁ BEM E ORÇAMENTO ESTÁ 'SUPER INSTÁVEL', DIZ PRESIDENTE DO TCU

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo Filho, classificou ontem, a evolução do Orçamento como "super instável", em contraponto aos bons indicadores macroeconômicos registrados atualmente, de acordo com sua avaliação. "Todo mês cresce o rombo da previdência, cresce a dívida pública", argumentou durante a participação no CEO Conference, evento do BTG Pactual. Ainda sobre a situação fiscal, Vital do Rêgo voltou a comentar que o TCU segue o comando do Congresso Nacional na

avaliação sobre a mira no piso ou no centro da banda de resultado primário, no momento do contingenciamento ou bloqueio de recursos. No fim do ano passado, o Tribunal de Contas da União concluiu que o governo ficou desobrigado de mirar o centro da meta fiscal ao travar as despesas do Orçamento, seguindo entendimento do Congresso. A Corte de Contas, contudo, decidiu informar ao Executivo que a prática de mirar o piso do alvo fiscal representa um risco à credibilidade do arcabouço fiscal e ao "objetivo de manter a dívida pública em níveis sustentáveis". No evento, ele também comentou a rastreabilidade dos recursos via emendas parlamentares.



IPEA

Mercado de trabalho pode absorver fim da escala de 6x1

GABRIEL BRUM/ABRASIL

Os custos de uma eventual redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais seriam similares aos impactos observados em reajustes históricos do salário mínimo no Brasil, o que indica uma capacidade de absorção da medida pelo mercado de trabalho. A conclusão é de estudo publicado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que analisa os efeitos econômicos da eventual redução da jornada atualmente predominante de 44 horas semanais, associada à escala 6x1, que estabelece um dia de descanso a cada seis trabalhados. A redução da jornada de trabalho teria um custo de menos de 1% em grandes setores, como indústria e comércio, mas alguns setores de serviços que dependem de mais mão de obra podem precisar de políticas pú-

blicas, avalia o Ipea. Os pesquisadores citam, por exemplo, os reajustes históricos do salário mínimo, como os de 12%, em 2001, e 7,6% em 2012, que não reduziram o nível de empregos. A jornada geral de 40 horas semanais elevaria o custo do trabalhador celetista em 7,84%, mas, dentro do custo total da operação, o efeito é menor, diz o pesquisador Felipe Pateo. "Quando a gente olha para a operação de grandes empresas na área de comércio, da indústria, a gente vê que o custo com trabalhadores representa às vezes menos que 10% do custo operacional da empresa. Ela tem custo grande de formação de estoques, custo de investimento em maquinário", explica. Já empresas de serviços para edifícios, como vigilância e limpeza, podem ter um impacto maior, de 6,5% no custo da operação. Nesses casos, seria neces-

sária uma transição gradual para a nova jornada. O mesmo serviria para pequenas empresas, que podem ter até mais dificuldade para adaptar as escalas de trabalho, segundo Pateo. "A gente vê que esse tempo de transição também é muito importante para as empresas menores. E você precisa abrir possibilidades de contratação de trabalhadores em meio período, por exemplo, que possam suprir eventualmente um tempo de funcionamento num fim de semana, caso a redução de jornada possa dificultar esse processo", observa. **DESIGUALDADES** O estudo também aponta que jornadas de 44 horas concentram trabalhadores de menor renda e escolaridade. Para o pesquisador, a redução da jornada pode reduzir desigualdades. "Quando a gente reduz a jornada máxima para 40 horas, a

gente bota esses trabalhadores que estão nos empregos de menores salários, de menor duração do tempo de emprego, em pé de igualdade, pelo menos na quantidade de horas trabalhadas. E a gente acaba aumentando o valor da hora de trabalho desses trabalhadores. Então isso faz com que eles se aproximem das condições dos trabalhadores nas melhores situações trabalhistas", argumenta. Segundo a pesquisa, a remuneração média para quem trabalha até 40 horas por semana é de R\$ 6,2 mil. Já os trabalhadores de 44 horas recebem, em média, menos da metade. Esses trabalhadores com jornada maior também têm menor escolaridade. Segundo o estudo do Ipea, mais de 83% dos vínculos de pessoas com até o ensino médio completo estão nessa condição, proporção que cai para 53% entre aqueles com ensino superior completo.

2026

Novo mínimo e isenção do IR devem injetar R\$ 110 bi na economia

MATEUS MAIA/AE

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse, ontem, que o impacto na economia da política de valorização do salário mínimo e da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil é de R\$ 110 bilhões em 2026. Ele discursou em evento para comemorar os 90 anos do salário mínimo, em Brasília. "Se pegarmos o impacto da isenção do Imposto de Renda na economia neste ano e quanto que o salário mínimo injeta na economia no ano...é da ordem de R\$ 110 bilhões que será injetada na economia este ano. Mas o salário mínimo é mais de R\$ 80 bilhões dos R\$ 110 bilhões. Então, veja a importância disso", afirmou. Marinho cobrou que a sociedade civil siga cobrando os políticos por mais avanços

trabalhistas, seja para os trabalhadores de aplicativo, seja na redução a jornada de trabalho. Afirmou que o mínimo ainda pode ser melhorado, mas que estaria perto de R\$ 800 sem a política do atual governo. "Nós devemos estar satisfeitos com o valor atual? A resposta é não. Nós desejamos e queremos mais", disse ele. E completou: "Quando fala em distribuir renda, há uma reação uma reação grande de muita gente poderosa dizendo que isso vai destruir a economia brasileira. Que vai gerar desemprego. Que nós vamos perder competitividade. A mesma coisa se fala de quando vai discutir a redução da jornada de trabalho ou que vai acabar com a 6 por 1. Parece que o mundo vai acabar. Mas foi assim também que o Getúlio criou o salário mínimo."

JCDECAUX MUPI RIO S.A.

CNPJ 03.168.832/0001-00
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL		
Ativo	Dezembro/2024	Dezembro/2023
Circulante	7.790.176,70	87.959,38
Caixa e equivalentes de caixa	2.621.038,93	13.346,75
Despesas antecipadas	5.075.000,00	-
Impostos a recuperar	42.799,51	74.612,63
Outros créditos	51.338,26	-
Não circulante	97.177.633,10	-
Despesas antecipadas	96.425.000,00	-
Intangível	752.633,10	-
Total do ativo	104.967.809,80	87.959,38
Passivo e patrimônio líquido	Dezembro/2024	Dezembro/2023
Circulante	15.958,52	10.266,90
Fornecedores	6.416,77	13,19
Salários e encargos sociais	9.478,32	10.240,52
Impostos e contribuições a recolher	51,16	-
Outras obrigações	12,27	13,19
Patrimônio líquido	104.951.851,28	77.692,48
Capital social	105.847.776,00	847.776,00
Prejuízo acumulado	(895.924,72)	(770.083,52)
Total do passivo e patrimônio líquido	104.967.809,80	87.959,38
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	Dezembro/2024	Dezembro/2023
Receita líquida com veiculação de publicidade	-	-
(-) Custo de veiculação de publicidade	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	-	-
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(5.339,00)	(6.302,95)
Serviços de terceiros	(6.220,24)	(136,41)
Depreciação e amortização	-	(16.700,89)
Impostos e tributos	(18.389,51)	(1.299,18)
Outras receitas e despesas não operacionais	(98.486,49)	(241.892,79)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(128.435,24)	(266.332,22)
Receitas financeiras	4.861,27	23.494,57
Despesas financeiras	(2.267,23)	(2,77)
Resultado financeiro líquido	2.594,04	23.491,80
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(125.841,20)	(242.840,42)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Prejuízo líquido do exercício	(125.841,20)	(242.840,42)
A Diretoria		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Saldos em 31 de dezembro de 2023	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucro	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	847.776,00	-	-	-	(770.083,52)	77.692,48
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(125.841,20)	(125.841,20)
Aumento de capital social	105.000.000,00	-	-	-	-	105.000.000,00
Redução do capital social	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	105.847.776,00	-	-	-	(895.924,72)	104.951.851,28
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA						
	2024	2023				
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	-	Caixa gerado pelas atividades operacionais	(101.639.674,72)	(242.840,42)	
Lucro líquido do exercício	(125.841,20)	(242.840,42)	Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-	
Ajustes que não afetam caixa e equivalentes de caixa:			Aquisição de intangível	(752.633,10)	-	
Total fluxo de caixa das atividades operacionais	(125.841,20)	(242.840,42)	Caixa gerado pelas atividades de investimento	(752.633,10)	-	
Variação nos ativos e passivos:			Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-	
Impostos a recuperar	31.813,12	-	Aumento/Redução de capital	105.000.000,00	-	
Despesas antecipadas	(101.500.000,00)	-	Caixa gerado pelas atividades de financiamento	105.000.000,00	-	
Fornecedores	6.403,58	-	Aumento no caixa e equivalentes de caixa	2.607.692,18	-	
Salários e encargos sociais	(762,20)	-	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.346,75	-	
Impostos e contribuições a recolher	51,16	-	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.621.038,93	-	
Outros créditos	(51.338,26)	-	Caixa de equivalência na data de aquisição	-	-	
Outras obrigações	(0,92)	-	Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	2.607.692,18	-	
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
	2024	2023				
Receitas	-	-	Valor adicionado total a distribuir	4.861,27	6.794,68	
Receita líquida com veiculação de publicidade	-	-	Distribuição do valor adicionado	4.861,27	6.794,68	
Outras receitas	-	-	Pessoal	5.339,00	6.168,71	
Receitas relativas a construção de ativos próprios	-	-	Remuneração direta	-	1.017,69	
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)	-	-	Benefícios	108,20	134,88	
Insumos adquiridos de terceiros	-	-	FGTS	5.230,80	5.016,14	
Custos de veiculação de publicidade	-	-	Impostos, taxas e contribuições	18.389,51	1.933,42	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	Federais	18.389,51	1.433,42	
Perda / Recuperação de valores ativos	-	-	Estaduais	-	500,00	
Outras	-	-	Municipais	-	-	
Valor adicionado bruto	-	-	Remuneração de capitais de terceiros	106.973,96	241.532,97	
Retenções: Depreciação e amortização	-	16.700,89	Juros	2.267,23	-	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	-	16.700,89	Aluguéis	-	-	
Valor adicionado recebido em transferência	4.861,27	23.495,57	Outras	104.706,73	241.532,97	
Receitas financeiras	4.861,27	23.494,57	Remuneração de capitais próprios	(125.841,20)	(242.840,42)	
Outras	-	1,00	Juros sobre o capital próprio	-	-	
			Dividendos	-	-	
			Lucros retidos / prejuízo do exercício	(125.841,20)	(242.840,42)	
			Andre de Lima Catarina - Contador - CRC 1SP226087/O-6			

JCDECAUX MUPI RIO S.A.

CNPJ 03.168.832/0001-00
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL		
Ativo	Dezembro/2025	Dezembro/2024
Circulante	16.297.145,28	7.790.176,70
Caixa e equivalentes de caixa	2.335.772,40	2.621.038,93
Contas a receber de clientes	5.720.508,94	-
Despesas antecipadas	5.279.637,10	5.075.000,00
Estoque	1.408.766,29	-
Impostos a recuperar	886.303,22	42.799,51
Outros créditos	666.157,33	51.338,26
Não circulante	115.655.814,48	97.177.633,10
Despesas antecipadas	91.554.637,11	96.425.000,00
Impostos de renda e contribuição social diferido	6.939.078,31	-
Imobilizado	16.443.961,64	-
Intangível	718.137,42	752.633,10
Total do ativo	131.952.959,76	104.967.809,80
Passivo e patrimônio líquido	Dezembro/2025	Dezembro/2024
Circulante	4.915.958,49	15.958,52
Fornecedores	524.343,54	6.416,77
Salários e encargos sociais	348.725,60	9.478,32
Impostos e contribuições a recolher	1.385.008,60	51,16
Partes relacionadas	304.109,93	-
Outras obrigações	2.353.770,82	12,27
Não circulante	-	-
Patrimônio líquido	127.037.001,27	104.951.851,28
Capital social	121.847.776,00	105.847.776,00
Lucro acumulado	5.189.225,27	(895.924,72)
Total do passivo e patrimônio líquido	131.952.959,76	104.967.809,80
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	Dezembro/2025	Dezembro/2024
Receita líquida com veiculação de publicidade	8.471.826,23	-
(-) Custo de veiculação de publicidade	(6.326.045,07)	-
Lucro (prejuízo) bruto	2.145.781,16	-
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(354.107,59)	(5.339,00)
Serviços de terceiros	(1.040.446,12)	(6.220,24)
Despesas gerais e administrativas	(5.795,66)	-
Depreciação e amortização	(94.883,18)	-
Impostos e tributos	(116.372,44)	(18.389,51)
Outras receitas e despesas não operacionais	(765.643,81)	(98.486,49)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(231.467,64)	(128.435,24)
Receitas financeiras	108.701,52	4.861,27
Despesas financeiras	(235.738,21)	(2.267,23)
Resultado financeiro líquido	(127.036,69)	2.594,04
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(358.504,33)	(125.841,20)
Imposto de renda e contribuição social	(495.423,99)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.939.078,31	-
Lucro líquido do exercício	6.085.149,99	(125.841,20)
A Diretoria		

Andre de Lima Catarina
Contador - CRC 1SP226087/O-6

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros		Total
				Retenção de lucro	Lucros/Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	847.776,00	-	-	-	(770.083,52)	77.692,48
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(125.841,20)	(125.841,20)
Aumento de capital social	105.000.000,00	-	-	-	-	105.000.000,00
Redução do capital social	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	105.847.776,00	-	-	-	(895.924,72)	104.951.851,28
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.085.149,99	6.085.149,99
Aumento de capital social	16.000.000,00	-	-	-	-	16.000.000,00
Redução do capital social	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	121.847.776,00	-	-	-	5.189.225,27	127.037.001,27
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA						
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2025	2024	Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.627.848,90	(101.639.674,72)
Lucro líquido do exercício	6.085.149,99	(125.841,20)	Fluxo de caixa das atividades de investimento		-	-
Ajustes que não afetam caixa e equivalentes de caixa:			Aquisições de bens do imobilizado		(17.913.115,43)	-
Depreciação	60.387,50	-	Aquisição de intangível		-	(752.633,10)
Amortização do intangível	34.495,68	-	Caixa gerado pelas atividades de investimento		(17.913.115,43)	(752.633,10)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(6.939.078,31)	-	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		-	-
Total fluxo de caixa das atividades operacionais	(759.045,14)	(125.841,20)	Aumento/Redução de capital		16.000.000,00	105.000.000,00
Variação nos ativos e passivos:			Caixa gerado pelas atividades de financiamento		16.000.000,00	105.000.000,00
Contas a receber	(5.720.508,94)	-	Aumento no caixa e equivalentes de caixa		(285.266,53)	2.607.692,18
Partes relacionadas líquida	304.109,93	-	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.621.038,93	13.346,75
Impostos a recuperar	(843.503,71)	31.813,12	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.335.772,40	2.621.038,93
Despesas antecipadas	4.665.725,79	(101.500.000,00)	Caixa de equivalência na data de aquisição		-	-
Fornecedores	517.926,77	6.403,58	Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(285.266,53)	2.607.692,18
Salários e encargos sociais	339.247,28	(762,20)				
Impostos e contribuições a recolher	1.384.957,44	51,16				
Outros créditos	(614.819,07)	(51.338,26)				
Outras obrigações	2.353.758,55	(0,92)				
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
	2025	2024		2025	2024	
Receitas	8.471.826,27	-	Distribuição do valor adicionado	351.421,05	4.861,27	
Receita líquida com veiculação de publicidade	8.471.826,23	-	Pessoal	314.540,08	5.339,00	
Outras receitas	0,04	-	Remuneração direta	287.457,21	-	
Receitas relativas a construção de ativos próprios	-	-	Benefícios	575,25	108,20	
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - reversão / (constituição)	-	-	FGTS	26.507,62	5.230,80	
Insumos adquiridos de terceiros	8.134.223,56	-	Impostos, taxas e contribuições	(6.284.133,18)	18.389,51	
Custos de veiculação de publicidade	6.326.045,07	-	Federais	(6.296.467,02)	18.389,51	
Materiais, energia serviços de terceiros e outros	1.410.632,91	-	Estaduais	12.333,84	-	
Outras	397.545,58	-	Municipais	-	-	
Valor adicionado bruto	337.602,71	-	Remuneração de capitais de terceiros	235.864,16	106.973,96	
Retenções: depreciação e amortização	94.883,18	-	Juros	235.864,16	2.267,23	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	242.719,53	-	Aluguéis	-	-	
Valor adicionado recebido em transferência	108.701,52	4.861,27	Outras	-	104.706,73	
Receitas financeiras	108.701,52	4.861,27	Remuneração de capitais próprios	6.085.149,99	(125.841,20)	
Outras	-	-	Juros sobre o capital próprio	-	-	
Valor adicionado total a distribuir	351.421,05	4.861,27	Dividendos	-	-	
			Lucros retidos / prejuízo do exercício	6.085.149,99	(125.841,20)	

Deslizamento de terra mata criança de 5 anos em Barra Mansa

ALANA GANDRA/ABRASIL

Uma menina de 5 anos de idade foi vítima de um deslizamento de terra que ocorreu na noite de segunda-feira passada, na cidade de Barra Mansa, no interior do Rio de Janeiro, uma das mais afetadas pelo temporal que atingiu o estado. A informação foi confirmada pela prefeitura da cidade.

A criança foi identificada como Maria Eduarda Reis Norberto. Ela chegou a ser encaminhada à Unidade de Terapia Intensiva (UTI) da santa casa da cidade, mas não resistiu aos ferimentos e morreu na manhã de ontem.

Outras quatro pessoas precisaram de atendimento médico no município e permanecem em observação, com quadro estável.

No bairro Siderlândia, onde ocorreu o deslizamento, 20 moradores desabrigados foram encaminhados para um abrigo temporário e permane-

cem acolhidos. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos informou que disponibilizou colchões, kits de cama e apoio às famílias, além de acompanhamento social permanente.

A prefeitura de Barra Mansa afirma que continua trabalhando para minimizar os impactos causados pelas fortes chuvas. Em apenas cerca de três horas, o município registrou em torno de 72 milímetros de chuva, volume que provocou alagamentos e deslizamentos em diferentes regiões da cidade.

De acordo com balanço da defesa civil municipal, foram registradas 18 ocorrências de deslizamentos, seis desabamentos de imóveis, três desabamentos de muros e quatro quedas de árvores, além de 12 pontos de alagamento severo.

Também houve dois transbordamentos, nos rios Barra Mansa e Bocaina, e o desabamento de uma ponte.

Produção industrial do estado cresce 5,1% em 2025

A produção industrial do Estado do Rio de Janeiro registrou crescimento de 5,1% em 2025 e de 10,5% em dezembro, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Na passagem de novembro para dezembro, a alta chegou a 2,3%. O desempenho fluminense superou com folga a média nacional em todas as três bases de comparação analisadas – tanto no resultado acumulado do ano, que no Brasil foi de 0,6%, quanto no comparativo interanual de dezembro (0,4%) e na variação mensal (retração de 1,2%). Os dados

fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) Regional, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O governador Cláudio Castro destaca que o resultado da indústria fluminense reforça o papel estratégico do setor para o desenvolvimento econômico e social do estado, além de refletir o trabalho contínuo do governo em promover um ambiente mais favorável aos negócios, com estímulo a investimentos, modernização e aumento da competitividade.

Justiça do Rio condena assassinos de Marielle a indenizar viúva

ANNA KARINA DE CARVALHO/ABRASIL

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro condenou os assassinos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, Ronnie Lessa e Êlcio Vieira de Queiroz, ao pagamento de indenização por danos morais e pensão mensal à vereadora Mônica Benício, viúva de Marielle.

Marielle e Anderson foram assassinados em março de 2018, na região central do Rio de Janeiro, em uma emboscada pela qual Ronnie e Êlcio foram condenados em outubro de 2024.

O juízo julgou procedente o pedido de reparação e fixou R\$ 200 mil por danos morais reflexos, a serem pagos solidariamente pelos réus.

A decisão também determinou

pensão de dois terços dos rendimentos de Marielle, com 13º salário e férias acrescidas de um terço, desde a data do crime até o limite da expectativa de vida da vítima (76 anos) ou até o falecimento da beneficiária. Marielle tinha 38 anos quando foi assassinada.

O juízo ainda assegurou reembolso e custeio de despesas médicas, psicológicas e psiquiátricas, a serem apuradas em liquidação.

Em nota, Mônica Benício afirmou que a decisão tem caráter simbólico:

“Essa é uma vitória simbólica, que reconhece a interrupção da história que construíamos juntas e o futuro que nos foi negado. A luta por Justiça por Marielle e Anderson não é sobre dinheiro”, disse.

Segundo ela, “a responsabilização dos mandantes é condição

“Quando a indústria avança, ampliamos empregos, renda e oportunidades para a população. Continuar ampliando as condições para que o setor prossiga em sua trajetória de expansão, crescendo e investindo no estado, é uma das prioridades de nossa gestão. Queremos garantir que o crescimento econômico se traduza em desenvolvimento social em todas as regiões do Rio de Janeiro”, afirma Castro.

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Vinicius Farah, observa que, mesmo diante de

um cenário global e nacional de incertezas, a indústria fluminense apresentou um sólido desempenho no ano, com resultados bem acima da média nacional.

“Registramos, no ano passado, algumas das maiores altas do país e fomos uma das principais influências positivas no resultado nacional. Esses índices foram impulsionados, sobretudo, pelo setor extrativo, com o aumento na extração de petróleo e gás natural. O desempenho positivo é, ainda, fruto das políticas e incentivos industriais do governo Cláudio Castro”, explica Farah.

GÁS NATURAL AÇU INFRAESTRUTURA S.A.
CNPJ/MF nº 27.982.942/0001-79 - NIRE 33.300.324.917
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2025. 1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 28 de fevereiro de 2025, às 8 horas, na filial da **Gás Natural Açu Infraestrutura S.A.** (“Companhia”), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Russel, nº 804, 5º andar, Glória, CEP 22210-010. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”) e do Artigo 8, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Eduardo Quartarone Campos; e Secretária: Nathaly Gonçalves Sales Abreu. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a ratificação da recompra, pela Companhia, de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, nos termos da ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 02 de outubro de 2024, às 14h, e arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) sob o nº 00006546762, em sessão de 11 de novembro de 2024 (“AGE do 2º Programa de Recompra”); (ii) o cancelamento das ações recompradas pela Companhia no âmbito do programa de recompra de ações aprovado na AGE do 2º Programa de Recompra; (iii) o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 6.512.598,24 (seis milhões, quinhentos e doze mil, quinhentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos), mediante a emissão e subscrição privada de 47 (quarenta e sete) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 138.565,92 (cento e trinta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos) por ação, fixado com base na perspectiva de rentabilidade da Companhia, nos termos do artigo 170, §1º, inciso I, da lei das S.A., dos quais R\$ 3.256.299,12 (três milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, duzentos e noventa e nove reais e doze centavos) serão destinados à conta de capital social de Companhia e R\$ 3.256.299,12 (três milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, duzentos e noventa e nove reais e doze centavos) serão destinados à conta de reserva de capital; (iv) a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia em decorrência das deliberações presentes nos itens “(ii)” e “(iii)” acima; (v) a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração mencionada no item “(iv)” acima; e (vi) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nesta assembleia. **5. Deliberações:** Instalada a assembleia e colocados os documentos à disposição das acionistas e demais presentes, após a discussão das matérias da ordem do dia, as acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1. Aprovar** a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, §1º da Lei das S.A. **5.2. Ratificar** que, nos termos da AGE do 2º Programa de Recompra, a Companhia recomprou, desde seu lançamento até a presente data, 30 (trinta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante pagamento às acionistas, na proporção da participação de cada uma no capital social da Companhia na data da AGE do 2º Programa de Recompra, do valor de R\$ 4.156.977,60 (quatro milhões, cento e cinquenta e seis mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), equivalente ao saldo disponível em caixa da Companhia, conforme item 5.4(ii) da AGE do 2º Programa de Recompra. **5.2.1 Consignar** o saldo da reserva de capital da Companhia no valor de R\$ 349.563.012,14 (trezentos e quarenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e três mil, doze reais e quatorze centavos), após o pagamento do preço da recompra de ações indicado no item 5.2 acima. **5.3. Aprovar** o cancelamento de 30 (trinta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, em decorrência da recompra de ações realizada nos termos da AGE do 2º Programa de Recompra, sem redução do capital social da Companhia, que permanece no montante total de R\$ 650.821.682,96 (seiscentos e cinquenta milhões, oitocentos e vinte e um mil, seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos), dividido em 8.124 (oito mil, cento e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.4. Aprovar**, considerando que o capital social da Companhia está integralizado em mais de ¾ (três quartos), o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 6.512.598,24 (seis milhões, quinhentos e doze mil, quinhentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos), mediante a emissão e subscrição privada de 47 (quarenta e sete) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 138.565,92 (cento e trinta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos) por ação, dos quais R\$ 3.256.299,12 (três milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, duzentos e noventa e nove reais e doze centavos) serão destinados à conta de capital social de Companhia e R\$ 3.256.299,12 (três milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, duzentos e noventa e nove reais e doze centavos) serão destinados à conta de reserva de capital, na forma prevista no artigo 182, §1º, alínea “a”, da Lei das S.A. **5.4.1** As ações ora emitidas são, nesta data, subscritas integralmente pela acionista Gás Natural Açu S.A., e serão integralizadas na forma prevista no boletim de subscrição constante do **Anexo I** à presente ata, com anuência da acionista Siemens Energy Inc., a qual renuncia expressamente, por meio da assinatura da presente ata, ao direito de preferência que lhe assiste nos termos do art. 171 da Lei das S.A. **5.4.2** As ações ora emitidas terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação. **5.4.3** Em virtude do aumento ora aprovado, o capital social da Companhia passará **de** R\$ 650.821.682,96 (seiscentos e cinquenta milhões, oitocentos e vinte e um mil, seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos), dividido em 8.124 (oito mil, cento e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, **para** R\$ 654.012.312,96 (seiscentos e cinquenta e quatro milhões, doze mil, trezentos e doze reais e doze centavos), dividido em 8.171 (oito mil, cento e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.5. Aprovar** a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia em decorrência das deliberações presentes no **Item 5.3** e **Item 5.4** acima, que passa a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte redação: “**Cláusula 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 654.012.312,96 (seiscentos e cinquenta e quatro milhões, doze mil, trezentos e doze reais e noventa e seis centavos), dividido em 8.171 (oito mil, cento e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A acionista Siemens Energy Inc. integralizará o valor de R\$ 65.669,12 (sessenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove reais e doze centavos) mediante o próximo exercício parcial do Bônus de Subscrição nº 02/2020.”** **5.6** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar, a partir da presente data, na forma prevista no **Anexo II. 5.7 Autorizar** a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas, podendo, por tanto, praticar todos os atos, assinar todos os documentos e cumprir todas as formalidades necessárias, nos termos e condições aqui previstos. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi suspensa pelo tempo necessário a lavratura desta ata, que após lida e aprovada pelas acionistas, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente: Eduardo Quartarone Campos; e Secretária: Nathaly Gonçalves Sales Abreu. **Acionistas Presentes:** **Gás Natural Açu S.A.** e **Siemens Energy Inc.** Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2025. **Mesa:** **Eduardo Quartarone Campos** - Presidente; **Nathaly Gonçalves Sales Abreu** - Secretária. **Acionistas Presentes:** **Gás Natural Açu S.A.** - Emmanuel Charles Delfosse - Diretor Presidente; **Fernando Cavalcanti Landau** - Diretor. **Siemens Energy Inc:** Bryan Bradford - Cory - Diretor; Oliver Pfaff - Diretor. JUCERJA nº 6938727 em 25/04/2025.

GÁS NATURAL AÇU S.A.
CNPJ/MF: 11.472.927/0001-40 - NIRE: 33.3.0032528-0
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2025. 1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 29 de agosto de 2025, às 15h00min, na sede social da **Gás Natural Açu S.A.**, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Voluntários da Pátria, nº 113, 11º andar, Botafogo, CEP: 22.270-000 (“Companhia”). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”) e do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Mauro Lourenço de Andrade; e Secretária: Sra. Nathaly Gonçalves Sales Abreu. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a prorrogação do prazo para integralização das ações subscritas no aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de agosto de 2025 (“AGE de 20.08.2025”); (ii) a confirmação de que o aumento de capital em si já foi devidamente aprovado, permanecendo inalterado em seus valores e condições, sendo alterado apenas o prazo para integralização; (iii) a ratificação dos demais termos constantes da AGE de 20.08.2025; e (iv) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nesta assembleia. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia e colocados os documentos à disposição das acionistas e demais presentes, após a discussão das matérias da ordem do dia, as acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1. Aprovar** a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. **5.2. Aprovar** a prorrogação do prazo para integralização das ações subscritas no aumento de capital aprovado na AGE de 20.08.2025, de modo que, onde consta nos boletins de subscrição a expressão “*integralizados em moeda corrente nacional até 29 de agosto de 2025, por meio de transferência de recursos imediatamente disponíveis à conta corrente da Companhia*”, passe a constar, em substituição, a data de 5 de setembro de 2025, que se estabelece como o novo prazo para integralização. **5.3. Confirmar** que o aumento de capital já foi regularmente aprovado, permanecendo inalterados o valor e as demais condições, sendo ajustado unicamente o prazo para integralização. **5.4. Ratificar** integralmente os demais termos da AGE de 20.08.2025. **5.5. Autorizar** os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nesta assembleia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi suspensa pelo tempo necessário a lavratura desta ata, que após lida e aprovada pelas acionistas, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente: Sr. Mauro Lourenço de Andrade; e Secretária: Sra. Nathaly Gonçalves Sales Abreu. **Acionistas Presentes:** **Prumo Logística S.A.** e **BP Global Investments Limited.** Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2025. *Certifico que o presente documento é cópia fiel da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2025, lavrada no respectivo livro e devidamente assinada pelos Acionistas da Companhia.* Natly Gonçalves Sales Abreu - Secretária. JUCERJA nº 7226601 em 30/09/2025.

causa das chuvas”, afirma o governador Cláudio Castro.

No total, quatro escavadeiras e oito caminhões operam no Canal São Bento, Canal Faria, Canal Marilândia e Valão da 7 para garantir a liberação de vias.

Outras regiões também já contam com o apoio dos maquinários. Em Macuco, foram entregues pela Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas um caminhão, uma retroescavadeira e um vacol - equipamento de alta sucção que auxilia na desobstrução de vias - que o á estão em atuação. Em Sumidouro, são três caminhões, duas retroescavadeiras, um caminhão vacol e um patrol - máquina usada para nivelar ruas.

Oito máquinas operam em Cantagalo, sendo três retroescavadeiras, três caminhões caçamba, um vacol e um patrol, e mais oito em São Sebastião do Alto, com três caminhões, duas retroescavadeiras, uma escavadeira, um vacol e um patrol. Apoio operacional e técnico para cidades afetadas pelas chuvas

O trabalho de apoio técnico e operacional às cidades afetadas foi intensificado, por meio das equipes Regionais da Secretaria de Estado de Defesa Civil (Redec). Os técnicos analisam, junto a prefeituras e secretários, os cenários de cada município, para oferecer o apoio necessário às estruturas municipais.

“A estrutura regionalizada da Defesa Civil permite a leitura contínua dos cenários hidrológicos e geológicos, a padronização das análises de risco e a antecipação de medidas de assistência. Essa presença in loco reduz o tempo de resposta e aumenta a efetividade do apoio prestado aos municípios”, destaca o coronel Tarciso Salles, secretário de Estado da Defesa Civil e comandante-geral do CBMERJ.

Nas últimas 24 horas, autoridades representantes das cidades de Duas Barras, Santo Antônio de Pádua, Itaocara e Rio Bonito estiveram reunidas com equipes das Redes locais para traçar planos de atuação, fazer visitas a áreas.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA DA CENTRAL DO BRASIL /FIF/ /CNTTL/CUT RUA SANTANA Nº 77 – SOBRELJOIA - CIDADE NOVA RIO DE JANEIRO – RJ – CEP. 20230-260 CNPJ: 34060749/0001-46 E-mail: stefczb@gmail.com
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Pelo presente, convocamos todos os ferroviários, empregados das empresas Supervia, Central Logística, INFRA S.A e CBTU, de acordo com as Disposições Estatutárias a comparecerem às Assembleias Gerais Extraordinárias, que serão realizadas nos dias, horários e locais abaixo, para tratarem da seguinte “Ordem do Dia”: A) Aprovação da Pauta de Reivindicações , com vistas ao ACT 2026/2027 e b)Assuntos Gerais. Supervia: Dia 23/02/2026, às 17:00 horas em primeira convocação e às 17:30 horas em segunda ,no Sindicato, endereço supra; CBTU :dia 19/02/2026,às 12:00 horas em primeira convocação e às 12:30 horas , em segunda .na sede da CBTU;INFRA S.A: Dia 24/02/2026, às 10:00 horas ,em primeira convocação e às 10:30 horas em segunda , na sede social do sindicato ,rua de Santana 77-sobreloja-Cidade Nova e Central Logística :dia 25/02/2026 ,às 10:00 horas em primeira convocação e às 10:30 horas em segunda, na Oficina de Santa Teresa.
Rio de Janeiro 11 de fevereiro de 2026
Valmir de Lemos Presidente

GESTÃO TARCÍSIO

Lei autoriza enterros de cães e gatos em jazigos familiares

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) sancionou ontem, a lei que autoriza que os animais de estimação, como cães e gatos, sejam enterrados em jazigos familiares em todo o Estado de São Paulo. A lei entra em vigor imediatamente.

O Projeto de Lei 56/2015,

de autoria do deputado estadual Eduardo Nóbrega (Pode-mos), também conhecido como "Lei Bob Coveiro", foi aprovado na Assembleia Legislativa (Alesp), em dezembro do ano passado.

Segundo o texto, o projeto foi inspirado no caso de um cão que viveu por 10 anos em

um cemitério em Taboão da Serra e, quando morreu, foi autorizado seu enterro junto de sua tutora.

A nova lei reconhece o vínculo afetivo entre tutores e animais de estimação.

De acordo com a nova lei, caberá aos serviços funerários de cada município estabelecer as

regras para o sepultamento dos animais. As despesas serão de responsabilidade da família dona do jazigo ou da sepultura.

No caso de cemitérios particulares, a legislação permite a definição de regras próprias para o sepultamento de cães e gatos, desde que observadas as normas legais vigentes.

ACIDENTE

Porta do carro abre e criança cai no meio de avenida em Sorocaba

LEONARDO SIQUEIRA/AE

Uma criança de aproximadamente dois anos caiu de um veículo em movimento após a porta abrir e o motorista perder o controle na Avenida Edward Fru Fru Marciano da Silva, em Sorocaba, interior paulista, na noite de domingo passado, segundo informações da Secretaria de Segurança Pública de São

Paulo (SSP-SP).

Na sequência, o condutor também bateu o carro contra um poste. A Polícia Militar foi acionada para atender a ocorrência que deixou quatro pessoas feridas, incluindo a criança que caiu no meio da via e o próprio motorista.

No automóvel, além do condutor, estavam uma mulher de 26 anos e duas crianças, de

aproximadamente 2 e 6 anos, que ficaram feridas.

As vítimas foram socorridas e encaminhadas a unidades de saúde da cidade para atendimento médico. Não há informações sobre o estado de saúde delas.

O motorista foi levado ao Conjunto Hospitalar de Sorocaba, onde recebeu cuidados médicos. A Polícia constatou

que ele não possuía habilitação e o veículo estava com o licenciamento vencido. O automóvel recebeu autuações administrativas e foi apreendido.

Segundo a SSP, foram requisitados exames ao IML e o caso foi registrado no Plantão Policial de Sorocaba como lesão corporal culposa na direção de veículo automotor.

ACADEMIA

O que se sabe sobre casos de intoxicação e morte em piscina

GEOVANNA HORA/AE

Uma mulher morreu e pelo menos cinco pessoas foram internadas após passarem mal ao nadar na piscina de uma academia de ginástica no Parque São Lucas, zona leste de São Paulo, na tarde de sábado passado.

O caso foi registrado como morte suspeita e perigo para a vida ou saúde no 6º Distrito Policial de Santo André e é investigado pelo 42º Distrito Policial, do Parque São Lucas.

Quem são as vítimas?

A Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP) informou, em nota, que a Polícia Civil foi notificada sobre seis vítimas até o momento, sendo uma fatal.

A vítima fatal é a professora Juliana Faustino Bassetto, de 27 anos. Ela passou mal após participar de uma aula de natação em uma unidade da C4 Gym. O marido dela, Vinícius de Oliveira, de 31, que também participava da aula, permanece internado.

Além do casal, pelo menos outras quatro pessoas precisaram de atendimento médico: três adultos e um adolescente de 14 anos, cujas identidades não foram divulgadas.

Qual o estado de saúde das vítimas internadas?

Juliana e Vinícius foram encaminhados ao Hospital Santa Helena, em Santo André, no ABC Paulista. Juliana não resistiu e morreu. A unidade informou, em nota, que Vinícius foi transferido para outro hospital, mas que não está autorizada a comentar o caso. A data da transferência e o hospital de destino não foram informados.

Não há informações sobre os hospitais onde as outras quatro vítimas foram internadas.

O que disseram as testemunhas?

Segundo testemunhas, os alunos sentiram um forte cheiro químico na água durante a aula de natação. Em seguida, relataram sintomas como queimação nos olhos, náuseas e episódios de vômito.

O que diz a C4 Gym?

Procurada, a direção da C4 Gym afirmou ao Estadão, no domingo, 8, que lamenta profundamente o ocorrido e que prestou apoio às vítimas.

De acordo com o delegado titular do 42º DP, Alexandre Bento, responsável pela investigação, os donos da academia ainda não prestaram esclarecimentos à polícia.

A unidade do Parque São Lucas foi interditada pela subprefeitura de Vila Prudente

após o ocorrido. A pasta informou, em nota, que o estabelecimento foi fechado devido a uma "situação precária de segurança". A interdição também ocorreu em razão da ausência de Auto de Licença de Funcionamento e por irregularidades relacionadas aos CNPJs vinculados à atividade exercida no endereço.

Como está a investigação?

A SSP informou que a Polícia Civil determinou a oitiva de funcionários da C4 Gym e realiza demais diligências para esclarecer o caso. "Laudos periciais estão em elaboração e serão analisados assim que concluídos", afirmou a pasta.

O que as imagens mostram?

A academia tem câmeras de monitoramento que podem auxiliar na investigação. Uma delas registrou o momento em que um funcionário do estabelecimento realiza a mistura de produtos químicos.

Nas imagens, é possível ver o homem em uma área anexa à academia Ele pega um balde aparentemente vazio, vai até um ponto fora do alcance das câmeras e inicia o que parece ser a mistura de substâncias. Conforme mexe o recipiente, uma fumaça branca sai do balde.

O relógio da câmera marca-va 13h24. A aula de natação da qual Juliana, o marido e outros alunos participaram - e durante a qual passaram mal - ocorreu minutos depois.

Outras câmeras internas mostram que, às 13h37, durante a aula, os alunos começam a sair da piscina. Alguns aparentavam fraqueza e dificuldade de locomoção, sendo auxiliadas por colegas para deixar a água.

Bento afirmou que o funcionário responsável pela mistura ainda não foi ouvido, mas deve se apresentar à polícia ontem, acompanhado de uma advogada. A identidade dele não foi informada e, por isso, não foi possível localizar a defesa.

Qual é a principal suspeita?

A principal suspeita é de que, ao entrar em contato com a água, os produtos tenham provocado uma reação química, liberando gases tóxicos que podem ter causado lesões nas vias aéreas dos alunos

Por esse motivo, a Polícia Civil apreendeu diversos produtos usados na manutenção da piscina. A perícia apura se houve erro na dosagem das substâncias ou o uso de produtos irregulares no tratamento da água.

CRIANÇAS

Governo de São Paulo supera meta e recebe selo ouro com Alfabetização

GOVERNO DO ESTADO DE SP



O Governo de São Paulo recebeu o selo ouro na 2ª edição do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, organizado pelo Ministério da Educação (MEC) e divulgado na segunda-feira passada. O título reconhece ações de estados, municípios e o Distrito Federal para alfabetização infantil e recomposição de aprendizagens.

“O selo ouro é a confirmação de um trabalho sólido e de colaboração com os municípios paulistas. Pela primeira vez, São Paulo exerce o papel de coordenação da política educacional estadual. Os resultados evidenciam o alcance positivo das ações implementadas nesta gestão”, afirma Renato Feder, secretário da Educação de São Paulo.

São Paulo avançou do selo prata, concedido na edição anterior com base nos indicadores de leitura e escrita de 2023, para o selo ouro, concedido neste ano com base nos resultados de 2024.

Os dados de 2024 mostram que 58% dos estudantes da rede estadual e das 645 redes municipais paulistas sabem ler e escrever corretamente, com classificação no nível adequado de alfabetização. Com esse resultado, o Governo de São Paulo superou a meta estabele-

cida, que era de 57%.

RECORDE

Além do crescimento do crescimento em leitura e escrita no Selo Nacional do MEC, os resultados da avaliação mais recente confirmam o avanço histórico da alfabetização no estado de São Paulo. Com alcance inédito em 100% dos municípios, o programa estadual Alfabetiza Juntos SP registrou, em 2025, um recorde de mais de 330 mil crianças de até 7 anos que sabem ler, o que corresponde a três em cada quatro estudantes.

Na avaliação, mais de 76% dos alunos demonstraram leitura adequada para a idade. A meta da Secretaria da Educação é alcançar 90% de estudantes leitores iniciantes e fluentes até 2026.

Na comparação com a primeira avaliação, em 2023, as redes públicas de São Paulo avançaram em 50% a quantidade de crianças que estão lendo na idade correta – eram 220 mil neste nível de aprendizado naquele ano.

Entre os alunos leitores, o Alfabetiza Juntos SP estabeleceu dois níveis de desempenho. São considerados fluentes os que leram mais de 65 palavras, com 90% de precisão, em um

minuto. Já os iniciantes conseguem ler 11 ou mais palavras, entre elas algumas possivelmente desconhecidas por elas, seja de forma mais pausada, no padrão de sílaba por sílaba.

Por meio do Alfabetiza Juntos SP, a Secretaria da Educação apoia escolas estaduais e municipais no cumprimento das metas de alfabetização, com ações como:

- Avaliação da Fluência Leitora: presente em 100% dos municípios;
- Materiais de apoio ao Currículo Paulista: adotado em 572 municípios;
- Saesp (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo): adotado por 100% dos municípios paulistas;
- Plataforma de leitura Elefante Letrado: adotada por 510 municípios;
- Formação de professores: alcançou 640 municípios, 61,9 mil professores e 8,3 mil gestores municipais, além dos profissionais da rede estadual de ensino; e
- Matific, plataforma para apoiar o aprendizado de matemática, disponível para 275 cidades paulistas.

UNESCO

Pilar das iniciativas de alfa-

betização de São Paulo, o Alfabetiza Juntos também é reconhecido fora do Brasil. Em dezembro, a política foi validada Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) por integrar o modelo CARE-KNOW-DO, desenvolvido pela pesquisadora doutora Alexandra Okada, da The Open University, no Reino Unido, no âmbito da iniciativa europeia CONNECT. O conceito que reconhece o Alfabetiza Juntos SP é dividido em:

- CARE: diz respeito ao cuidado e ao compromisso de garantir que todas as crianças aprendam;
- KNOW: reúne o conhecimento e as estratégias baseadas em evidências que orientam o trabalho das escolas; e o
- DO: incentiva que os estudantes coloquem em prática o que aprendem, conectando a alfabetização às situações reais de suas comunidades.

A abordagem, vista como contribuição relevante para o avanço de um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), reforça que alfabetizar é também formar crianças capazes de compreender e transformar o mundo ao seu redor.

CARROS

Detran lança página exclusiva para veículos antigos e de coleção

Agora ficou mais fácil obter a placa preta de veículo de coleção, regularizar aquele carro antigo que ainda ostenta a placa amarela de duas letras – padrão usado no país entre os anos 1970 e o início dos anos 2000 – e também emitir a Certidão de Veículo com Placa Amarela, documento que comprova a existência do automóvel. Para reunir esses serviços em um só lugar, o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) criou uma página exclusiva para veículos antigos.

A troca da placa amarela por uma do padrão atual, hoje o Mercosul, é obrigatória, se o proprietário tiver o interesse em circular com o veículo. Um veículo flagrado na rua com a placa de duas letras será recolhido a um pátio, já que não é

registrado na base do Detran-SP. Quem possui um veículo de placa amarela, por vezes herdado de parente ou parte da coleção da família e tem interesse em rodar pelas vias, deve regularizá-lo.

Mas regularizar é simples: basta fazer uma solicitação pela nova página e seguir o passo a passo, como pagar a taxa de R\$ 469,91, que inclui a de licenciamento. O Detran-SP remeterá o pedido à Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), que cuidará da atualização.

Já a placa preta é como um selo que atesta a longevidade e a raridade do veículo e o valoriza, inclusive no preço, e por isso é buscada por colecionadores que preservam seus automóveis. Para tê-la, é preciso preencher diversas condições.

CPFs LARANJAS

Operação da PF mira fraude de R\$ 30 mi no Farmácia Popular

FELIPE DE PAULA/AE

A Polícia Federal deflagrou ontem, a Operação Over The Counter para desarticular uma organização criminosa suspeita de fraudar R\$ 30 milhões do programa Farmácia Popular, em Dourados, Mato Grosso do Sul. Segundo a investigação, o grupo usava indevidamente nomes e CPFs de terceiros para simular a venda fictícia de medicamentos e obter benefícios do programa. De acordo com a PF, os investigados recorriam a 'interpostas pessoas', os 'laranjas', para registrar no sistema oficial do Farmácia Popular a comercialização de medicamentos que nunca foram efetivamente adquiridos ou entregues aos titulares dos CPFs informados. Criado em 2004 pelo Governo Federal, o Programa Farmácia Popular complementa a oferta de medicamentos da

Atenção Primária à Saúde por meio de parcerias com estabelecimentos farmacêuticos privados. O programa funciona mediante ressarcimento pelo Governo após confirmação das vendas registradas no sistema oficial. Segundo as investigações, o grupo adquiria CNPJs de farmácias já cadastradas no Programa Farmácia Popular e transferia a titularidade para 'laranjas'. O juízo federal da 2ª Vara de Dourados autorizou quatro mandados de busca e apreensão e o sequestro de bens nas cidades de João Pessoa, Pirangi, no interior de São Paulo, Carazinho, no Rio Grande do Sul, e Lagoa Santa, em Minas. As medidas atingem veículos e imóveis que, juntos, ultrapassam R\$ 8 milhões, vinculados a sete pessoas jurídicas e nove pessoas físicas apontadas como integrantes do esquema.

STF

Decisão de Flávio Dino sobre penduricalhos foi ‘feliz’, diz Hugo Motta

ELAINE PATRÍCIA CRUZ/ABRASIL

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, defendeu ontem a determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino de suspender o pagamento dos chamados “penduricalhos”. A suspensão vale para os Três Poderes e afeta benefícios concedidos a servidores públicos que não cumprem o teto remuneratório constitucional, de R\$ 46,3 mil. Durante o CEO Conference Brasil 2026, evento promovido pelo banco BTG Pactual na capital paulista, o presidente da Câmara afirmou que a decisão de Flávio Dino “foi feliz” e ajudou a alimentar o debate sobre esse tema. "Com a mesma coerência de quem defende a Reforma Administrativa, nós estamos aqui para dizer que a decisão do ministro Dino foi feliz. Nós vamos fazer essa discussão e esse debate, porque é isso que a sociedade cobra de nós", disse Motta.

Durante a entrevista, ele defendeu o reajuste aos servidores da Casa e argumentou que seguiu os mesmos parâmetros que foram utilizados para os aumentos aplicados aos servidores do Judiciário e do Tribunal de Contas da União (TCU). "Para não haver uma disparidade nas carreiras e também por justiça, assim como aprovamos o projeto de reajuste aos servidores do Judiciário, também teríamos que tratar do reajuste dos servidores da Câmara. Usamos o mesmo parâmetro que o presidente sancionou o projeto de aumento ao Judiciário, em torno de 8%", disse ele. Segundo ele, a aprovação foi feita com critério e não acarretou em aumento de despesas no orçamento. "Foi com essa coerência que nós aprovamos, e não essemos da alegria que infelizmente foi passado de maneira errada para a sociedade. A Câmara teve critério, o projeto segue para a análise do presidente da República", ressaltou.

CARNAVAL

Oposição aciona Justiça e TSE para barrar ‘homenagem a Lula’

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

A oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ingressou com duas ações na Justiça para tentar barrar o desfile da escola de samba Acadêmicos de Niterói, cujo enredo neste Carnaval aborda a trajetória do presidente. O senador Bruno Bonetti (PL-RJ) e o deputado Anderson Moraes (PL-RJ) protocolaram na segunda-feira passada, uma ação popular na Justiça Federal, enquanto o Partido Novo apresentou ontem, uma representação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Bonetti - que é suplente do senador Romário (PL-RJ), atualmente licenciado - também protocolou no Senado um projeto de lei que busca impedir o uso de recursos fe-

derais em desfiles carnavalescos que façam homenagens a governantes em exercício. As ações questionam o Termo de Colaboração firmado entre a Embratur e a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa), no valor de R\$ 12 milhões (R\$ 1 milhão para cada escola do Grupo Especial), destinado oficialmente à promoção internacional do Carnaval do Rio como produto turístico. Para os parlamentares, parte desses recursos estaria sendo utilizada para viabilizar um desfile com caráter personalista e político, o que configuraria desvio de finalidade e violação aos princípios da administração pública. Já o Novo acusa Lula, o PT e a escola de propaganda eleitoral antecipada.

CRIME SEM CASTIGO

STJ afasta ministro acusado de importunação sexual

FELIPE PONTES/ABRASIL

O plenário do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu ontem pelo afastamento cautelar do ministro Marco Aurélio Buzzi (foto), de 68 anos de idade, acusado de importunação sexual por uma jovem de 18 anos. “O afastamento é cautelar, temporário e excepcional”, informou o STJ em nota. “Neste período, o ministro ficará impedido de utilizar seu local de trabalho, veículo oficial e demais prerrogativas inerentes ao exercício da função”, esclarece o tribunal. Buzzi é investigado por sindicância aberta pelo STJ para apurar o caso. A investigação tem como relatores três ministros homens: Antonio Carlos Ferreira, Francisco Falcão e Raul Araújo, escolhidos por sorteio. Foi no âmbito desse processo que o ministro foi afastado de suas funções. O plenário estabeleceu o prazo de 10 de março para a conclusão da sindicância, que pode resultar em penalidades como suspensão ou aposentadoria compulsória. O afastamento cautelar foi decidido depois de o próprio ministro ter pedido licença de 90 dias por motivos médicos. Ele



DIVULGAÇÃO

apresentou um atestado assinado por uma psiquiatra. Buzzi também enviou uma mensagem a seus colegas em que defende sua inocência. Segundo informado pelo STJ, a decisão foi tomada por unanimidade pelos 27 dos 33 ministros que participaram da sessão extraordinária na manhã desta terça-feira. A votação, contudo, foi secreta, realizada a portas fechadas.

DENÚNCIAS

Na segunda-feira, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) confirmou o recebimento de uma segunda denúncia de importunação sexual contra Buzzi. A primeira, recebida na semana passada, é de uma jovem de 18 anos, filha de um casal de amigos do ministro, que o acusa de tentar agarrá-la durante um banho de mar. O episódio teria ocorrido no

mês passado, quando o ministro, a jovem e seus pais passavam férias em Balneário Camboriú, litoral de Santa Catarina. A mulher prestou depoimento à Polícia Civil e ao CNJ. Uma investigação criminal também foi aberta no Supremo Tribunal Federal (STF), onde Buzzi tem prerrogativa de foro em razão do cargo. O caso é relatado pelo ministro Nunes Marques.

CÂMARA

Deputado Leur Lomanto Júnior é o novo presidente da CCJ

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados tem novo presidente. É o deputado Leur Lomanto Júnior, do União Brasil da Bahia. Ele foi eleito ontem, com 36 votos, consumando maioria simples conforme previsto no regimento interno da Casa. Lomanto assume o cargo no lugar do deputado Paulo Azi (União Brasil-BA), após acordo de lideranças e com o apoio do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). O comando das comissões é renovado todo início de sessão legislativa, em fevereiro. O mandato

de presidente tem duração de um ano. A expectativa é de que o novo vice-presidente da CCJ seja escolhido nas próximas reuniões da comissão. **JORNADA 6X1** Uma das matérias que estão no horizonte da comissão é a que dá fim à jornada 6x1, encaminhada esta semana por Hugo Mota à CCJ. Na segunda-feira, momentos antes de enviar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata da matéria para a CCJ, Mota disse que “o Brasil está maduro para enfrentar a escala 6x1”.

Em entrevista após a posse na CCJ, Lomanto avaliou que 2026 será um ano desafiador por se tratar de ano eleitoral. Ele confirmou ter conversado por telefone com Hugo Mota, e que, na conversa, o presidente da Câmara pediu que a comissão priorize a PEC da jornada 6x1. Se aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República, a emenda permitirá aos trabalhadores formais dois dias de folga semanal. Atualmente, a legislação trabalhista prevê apenas um dia de folga para os trabalhadores formais. Em discurso, Lomanto garantiu que a CCJ consultará tanto o

setor privado como os trabalhadores ao longo do trâmite da proposta na comissão. “Presidir essa comissão significa zelar pelo devido processo legislativo, pela legalidade, pela técnica jurídica e pelo respeito às instituições e à democracia”, disse o presidente recém-eleito por unanimidade entre os 36 deputados presentes na sessão desta terça-feira. Composta por 66 deputados e igual número de suplentes, a CCJ é a porta de entrada de projetos na Câmara dos Deputados. Cabe à comissão analisar questões relacionadas à constitucionalidade e à técnica legislativa dos projetos.

PAPUDINHA

Comissão aprova requerimento de informações sobre saúde de Bolsonaro

LEVY TELES/AE

A Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados aprovou, ontem dois requerimentos para ter informações sobre os protocolos de saúde e segurança disponíveis ao ex-presidente Jair Bolsonaro, que está preso na Papudinha, em Brasília. Os textos aprovados, de autoria do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), pedem informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre os procedimentos para a saúde e segurança de Bolsonaro. A Comissão aprovou o envio de oito perguntas para o Ministério da Justiça responder. São estas:

- Quais são os protocolos formais adotados para o armazenamento, controle, fracionamento e distribuição de medicamentos na referida unidade prisional?
- A atividade de apoio à distribuição de medicamentos por custodiado do regime semiaberto está formalmente regulamentada? Em caso positivo, encaminhar cópia da norma interna ou ato administrativo correspondente;
- Quais critérios técnicos e de segurança fundamentaram a designação de custodiado do regime semiaberto para auxiliar nessa atividade?;
- Há supervisão direta de profissional de saúde habilitado durante o manuseio e a entrega dos medicamentos? Em caso afirmativo, detalhar como ocorre essa supervisão;
- Existe controle individualizado de dosagem, registro de entrega e conferência de medicamentos? Descrever o procedimento adotado;
- O Ministério da Justiça e Se-

gurança Pública foi formalmente comunicado sobre a operacionalização desse procedimento? Em caso positivo, encaminhar cópia da comunicação;- O procedimento adotado está em conformidade com as normas da Lei de Execução Penal, diretrizes do Sistema Único de Saúde aplicáveis ao sistema prisional e protocolos sanitários vigentes?; e
- Há auditoria ou fiscalização periódica quanto à regularidade desse processo? Informar qual órgão é responsável.
- Evair pede à PGR a avaliação sobre a adequação formal e material sobre a existência de protocolos técnicos claros para armazenamento, fracionamento e distribuição de medicamentos; supervisão por profissionais de saúde habilitados; registro individualizado de dosagem; e mecanismos de controle que asse-

gurem a integridade da assistência prestada. "A relevância institucional do caso impõe cautela redobrada e transparência plena, não por privilégio pessoal, mas pela necessidade de preservação da responsabilidade objetiva do Estado na execução da pena e da confiança pública na regularidade dos atos praticados no sistema prisional", afirma o deputado autor dos requerimentos. Evair também pediu "o máximo de cautela" no caso de Bolsonaro. "Em matéria de saúde e integridade física - sobretudo de quem ocupou o mais alto cargo da nação - o padrão não pode ser o mínimo necessário, mas o máximo de cautela", afirmou. Os dois requerimentos foram aprovados em votação simbólica, sem contestação. Tradicionalmente, a Comissão de Segurança Pública é dominada por integrantes da bancada bala, bolsonarista, que possui ampla maioria no colegiado.

PERDA DE PATENTE

Bolsonaro tem 10 dias para entregar defesa ao STM

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Carlos Vuyk de Aquino, do Superior Tribunal Militar (STM), concedeu ontem prazo de dez dias para que os advogados de Jair Bolsonaro apresentem defesa no processo que pede a expulsão do ex-presidente do Exército, em função da condenação na ação penal da trama golpista.

A apresentação da defesa é o primeiro passo no andamento processual da ação na qual o Ministério Público Militar (MPM) pediu, no dia 3 de fevereiro des-

te ano, a perda da patente de Bolsonaro, que é capitão da reserva.

Após receber a manifestação de defesa do ex-presidente, o processo voltará para o gabinete do ministro. Não há prazo para julgamento do caso.

Se a perda da patente for decretada pelo STM, o salário que Bolsonaro recebe será repassado para a esposa ou filhas em forma de pensão.

O benefício é conhecido como "morte ficta" e está previsto na legislação das Forças Armadas desde 1960.

De acordo com a Constitui-

ção, o oficial das Forças Armadas pode ser expulso no caso de condenação criminal superior a dois anos de prisão por condenação criminal.

O ex-presidente foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 27 anos e três meses de prisão por ter liderado uma trama para se manter no poder mesmo depois de ter sido derrotado nas eleições de 2022.

Bolsonaro cumpre pena na Papudinha, como é conhecida a Sala de Estado Maior do 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), no Com-

plexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.

Além de Bolsonaro, o MPM também pediu a perda da patente dos generais da reserva Augusto Heleno, Paulo Sergio Nogueira, Braga Netto e o almirante Almir Garnier, que também foram condenados pelo Supremo.

Após a decisão envolvendo Bolsonaro, o STM determinou a citação das defesas dos generais Paulo Sérgio Nogueira, Augusto Heleno e Braga Neto, que também terão prazo de dez dias para apresentar manifestação.

JUSTIÇA

Fachin: CNJ priorizará combate à violência contra a mulher

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin, anunciou ontem que o conselho terá este ano como prioridade o combate à violência contra a mulher.

A declaração foi dada na primeira sessão do CNJ após o recesso, quando citou as prioridades do conselho para este ano. "Conduziremos neste ano iniciativas importantes, especialmente de combate ao feminicídio e à violência contra meninas e mulheres", afirmou.

A fala do ministro ocorre no momento em que o ministro Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é investigado em duas denúncias de mulheres que o acusam de importunação sexual.

Na semana passada, o conselho recebeu a primeira denúncia contra o ministro, que tem 68 anos de idade. Uma jovem de 18 anos, filha de um casal de amigos do ministro, o acusa de tentar agarrá-la durante um banho de mar. O epi-

sódio teria ocorrido no mês passado, quando o ministro, a jovem e seus pais passavam férias em Balneário Camboriú, litoral de Santa Catarina.

Na segunda-feira, o CNJ recebeu outra denúncia e abriu uma nova apuração.

Ontem, o STJ decidiu afastar Buzzi da atividade jurisdicional para apurar as denúncias. O ministro também é investigado por uma sindicância interna, que deverá ser finalizada em 10 de março.

DEFESA

Em nota à imprensa, os advogados Paulo Emílio Catta Pretta e Maria Fernanda Ávila afirmaram que o afastamento do ministro é desnecessário e que não há “risco concreto à higidez procedimental da investigação”.

“Forma-se um arriscado precedente de afastamento de magistrado antes do crivo do pleno contraditório. Aponta, por fim, que já estão sendo colhidas as contraprovas que permitirão, ao fim, a análise serena e racional dos fatos”, disse a defesa.

2026

Cármem Lúcia apresenta regras para atuação de juízes nas eleições

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármem Lúcia (**foto**), apresentou ontem aos presidentes dos tribunais regionais eleitorais (TRES) dez recomendações que deverão ser seguidas pelos juízes eleitorais durante as eleições de outubro.

As orientações foram apresentadas em reunião realizada na tarde desta terça-feira.

As regras deverão servir de parâmetro ético para disciplinar o comportamento dos magistrados da Justiça Eleitoral durante o pleito. Na semana passada, as orientações foram anunciadas pela ministra durante a sessão de abertura dos trabalhos de 2026.

Entre as principais regras, os juízes eleitorais devem divulgar a agenda de audiências com partes e advogados.

Os magistrados não podem fazer manifestações sobre os processos que tramitam na Justiça Eleitoral e também estão proibidos de participar de eventos com candidatos ou seus aliados.

Eles também não podem publicar suas escolhas políticas nas redes sociais.

Confira as regras:

- Audiências: Garantir a publicidade das audiências com partes e advogados, candidatas ou candidatos e partidos políticos, divulgando previamente as agendas (que sejam realizadas dentro ou fora do ambiente institucional);
- Manifestações: Manter postura comedida em intervenções e manifestações públicas ou privadas, inclusive em agendas profissionais ou pessoais, sobre temas relacionados ao processo eleitoral, estejam ou não submetidos à sua jurisdição;
- Eventos: Evitar comparecer a eventos públicos ou privados que promovam confraternização com candidatas ou candidatos, seus representantes ou pessoas direta ou indiretamente interessadas na campanha, em razão do potencial



LULA MARQUES/ABRASIL

- conflito de interesses;
- Redes sociais: Abster-se de manifestações, em qualquer meio, inclusive mídias digitais e redes sociais, sobre escolhas políticas pessoais, para não gerar dúvidas quanto à imparcialidade das decisões judiciais;
- Presentes: Não receber ofertas, presentes ou favores que possam colocar em dúvida a imparcialidade no exercício da jurisdição;
- Escritórios de advocacia: Ficar afastado de atos ou processos nos quais escritórios de advocacia dos quais façam parte estejam representando interesses;
- Atividades privadas: Não assumir compromissos com atividades não judiciais que prejudiquem o cumprimento dos deveres funcionais;
- Sinalizações: Evitar quaisquer sinalizações favoráveis ou contrárias a candidatas ou candidatos, partidos políticos ou ideologias, sob pena de suscitar ilações de favorecimento ou perseguição em jul-

- gamentos;
- Divulgação: Assegurar que apenas a autoridade competente torne públicos atos judiciais e administrativos, evitando equívocos de interpretação ou divulgações precipitadas ou inadequadas sobre o processo eleitoral;
- Transparência: Reafirmar a transparência como princípio republicano essencial, garantindo ampla publicidade dos atos da Justiça Eleitoral, de forma a assegurar ao eleitor o direito à informação segura e baseada em fatos.

STF

No Supremo Tribunal Federal (STF), Cármem Lúcia é relatora do Código de Ética da Corte.

A proposta de criação do código foi feita pelo presidente da Corte, ministro Edson Fachin, na semana passada, após os ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli serem criticados publicamente sobre as investigações envolvendo as fraudes no Banco Master.

No mês passado, Moraes ne-

gou ter participado de um encontro com o ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa, no primeiro semestre de 2025, na casa do banqueiro Daniel Vercaro, dono do Banco Master.

O suposto encontro foi noticiado pelo Portal Metrôpoles e teria ocorrido em meio ao processo de tentativa de compra do Master pelo BRB. Em nota à imprensa, Moraes classificou a reportagem como “falsa e mentirosa”.

Antes da liquidação do Master pelo Banco Central, o escritório de advocacia Barci de Moraes, que pertence à família do ministro, prestou serviços ao banco de Vercaro.

Toffoli passou a ser criticado por permanecer na condição de relator do caso após matérias jornalísticas informarem que a Polícia Federal encontrou irregularidades em um fundo de investimento ligado ao Banco Master. O fundo comprou uma participação no resort Tayayá, localizado no Paraná, que era de propriedade de familiares do ministro.

CÂMARA

Fim da Escala 6x1 pode ser votado em maio, diz Motta

ELAINE PATRÍCIA
CRUZ/ABRASIL

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, disse ontem que uma das prioridades da Casa neste ano é votar a redução da jornada de trabalho da escala 6x1. Em suas redes sociais, Motta escreveu que a votação pode se dar em maio.

Atualmente, duas propostas estão sendo discutidas na Casa sobre o assunto: uma proposta pela deputada Erika Hilton (PEC 8/25) e outra pelo deputado Reginaldo Lopes (PEC 221/19).

"O mundo evoluiu, as tecnologias se desenvolveram e o Brasil não pode ficar para trás. Vamos capitanear a discussão ouvindo a sociedade e o setor produtivo, com a expectativa de votação em maio", escreveu ele, logo após participar de evento promovido pelo banco BTG Pactual em São Paulo.

Além da escala 6x1, Motta disse que outros temas que serão prioridade na Casa neste ano são a aprovação do acordo entre a União Europeia e o

Mercosul, que precisa ter o aval do Brasil formalizado no Congresso, e a votação das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) da Segurança Pública.

"Devemos agora, após o Carnaval, retomar este tema [a PEC da Segurança]. Espero que, passando na Comissão Especial, possamos levar ao plenário a pauta da segurança pública, uma pauta inadiável".

Já sobre o acordo do Mercosul com a União Europeia, o presidente da Câmara disse que o tratado precisa primeiro ser aprovado em uma comissão mista – o que ele acredita que deve acontecer na semana seguinte ao Carnaval - para depois ser levado ao plenário.

"Sendo validado pela Câmara e pelo Senado, o Brasil já pode iniciar as tratativas com os países da Europa que irão abrir os mercados e, com isso, vamos ter um avanço significativo nas relações do nosso agronegócio e tantos outros setores que irão se beneficiar com esse acordo comercial, que é uma prioridade para o Brasil", falou.

EUGENÓPOLIS

Família morre soterrada após deslizamento de terra atingir casa em MG

LEONARDO SIQUEIRA/AE

Uma família morreu soterrada nesta terça-feira, passada, após um deslizamento de terra atingir uma casa em Eugenópolis, Minas Gerais, a 700 metros da rodovia BR-356. A informação é do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, que informou que o incidente ocorreu às 8h da manhã.

Quatro pessoas vieram a óbito: pai, mãe, e dois filhos do sexo masculino, de 15 e 20 anos.

A Defesa Civil confirmou que o incidente foi um deslizamento de terra devido às fortes chuvas na região.

Desde a última semana, chove forte nas cidades da zona da mata mineira. Na última segunda-feira, 9, outro deslizamento de terra em Muriaé, a cerca de 20 quilômetros de Eugenópolis, também soterrou uma casa, deixando um homem morto.

Entre os escombros, os militares do Corpo de Bombeiros conseguiram realizar o salvamento de um filhote de gato.

PARANÁ

Justiça condena a 10 anos de prisão médico que cobrava por cirurgia no SUS

FELIPE DE PAULA
E FAUSTO MACEDO/AE

A Justiça do Paraná condenou o médico ortopedista Lucas Saldanha Ortiz a dez anos de reclusão em regime fechado sob acusação de ter cobrado e recebido dinheiro de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A sentença acolhe denúncia do Ministério Público

estadual, segundo o qual o médico realizava procedimentos feitos exclusivamente por meio do SUS.

Até a publicação deste texto, Estadão buscou contato com a defesa, mas sem sucesso. Este espaço segue aberto.

Após ser denunciado pela 4ª Promotoria de Justiça de Toledo, no Oeste do estado, Lucas Saldanha foi condenado pelo crime de

corrupção passiva, praticado por 11 vezes, entre 2015 e 2017. Ele também terá de pagar 250 dias-multa (cada dia-multa equivalente a meio salário mínimo vigente na época do fato apurado).

De acordo com as investigações, o ortopedista 'solicitava dos pacientes ou de seus familiares, durante as consultas ou cirurgias em unidades hospitalares de Toled-

o, quantias que variavam entre R\$ 50 e R\$ 200'.

Lucas Saldanha alegava que os valores seriam para 'o custeio de anestesista ou de outro serviço que não teria cobertura do SUS', segundo a Promotoria. Muitos pacientes sequer tinham condições de arcar com os valores cobrados e contraíram dívidas para fazerem os pagamentos.

Meio Ambiente

EUA vão por fim a regulamentação para gases de efeito estufa

DARLAN DE AZEVEDO/AE

A Casa Branca informou ontem, que está se preparando para formalizar amanhã, uma medida de desregulamentação que revogará a base legal estabelecida durante o governo do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, com regras federais sobre gases de efeito estufa.

"Esta será a maior ação de desregulamentação da História americana e, segundo o presidente Trump, economizará ao povo americano US\$ 1,3 trilhão em regulações", disse a secretária de Imprensa, Karoline Leavitt, em coletiva de imprensa.

O parecer sob o então pre-

sidente Barack Obama concluiu que seis gases de efeito estufa, como dióxido de carbono e metano, ameaçam a saúde pública e o bem-estar por impulsionarem as mudanças climáticas.

A desregulamentação, portanto, teria impacto sobre o meio ambiente.

Segundo a Casa Branca, a revogação do parecer adotado durante a administração Obama poderia levar à redução dos custos de novos automóveis, que têm apresentado aumentos significativos desde a pandemia.

Está programado para a quarta-feira um evento focado no uso do carvão para geração de energia.

Reino Unido

Starmer diz que não abandonará cargo de premiê por crise

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, afirmou que não abandonará seu mandato que, segundo ele, foi dado para "mudar a nação". A fala acontece em um momento em que a administração do Partido Trabalhista enfrenta uma crise desencana-da pela nomeação de Peter Mandelson como embaixador britânico nos EUA, apesar dos laços com o criminoso sexual Jeffrey Epstein.

"Há quem diga, nos últimos dias, que este governo trabalhista deveria travar uma luta diferente - uma luta interna - em vez de lutar pelos milhões de pessoas que precisam que

lutemos por elas E eu vou dizer: nunca abandonarei o mandato que me foi dado para mudar este país. Nunca abandonarei as pessoas pelas quais tenho a responsabilidade de lutar e nunca abandonarei o país que amo", disse.

Na ocasião, Starmer também mencionou que possui um "enorme respeito" pelo líder do Partido Trabalhista da Escócia, Anas Sarwar, que pediu na segunda-feira passaa-da a renúncia do primeiro-ministro.

O premiê ainda ressaltou que irá liderar seu partido nas próximas eleições, acrescentando que tem um mandato de cinco anos e que "pretende dar continuidade ao trabalho para o qual foi eleito".

Reunião Bilateral

Casa Branca confirma que Trump receberá Netanyahu nesta quarta

DARLAN DE AZEVEDO/AE

A secretária de imprensa, Karoline Leavitt, confirmou ontem, que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, receberá na quarta-feira, na Casa Branca, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu para uma reunião bilateral. O anúncio ocorreu após a retomada das negociações com o Irã na semana passada, enquanto os EUA continuam a pressionar o país persa.

Os EUA pressionam para que o Irã reduza seu programa de mísseis balísticos e corte os laços com grupos armados em

toda a região. O país sempre rejeitou essas exigências, afirmando que só aceitaria alguns limites em seu programa nuclear em troca de alívio das sanções.

A visita de Netanyahu ocorre apenas duas semanas após o enviado especial de Trump, Steve Witkoff, e Jared Kushner, genro de Trump e assessor para o Oriente Médio, terem se reunido com o primeiro-ministro em Jerusalém.

Os enviados norte-americanos realizaram conversas indiretas em Omã com o ministro das Relações Exteriores do Irã na última sexta-feira.

Nota

ISRAEL DEIXA TRÊS VÍTIMAS EM GAZA APÓS ATAQUE E ACUSA HAMAS DE QUEBRAR CESSAR-FOGO

Ataques militares israelenses na segunda-feira passada resultaram na morte de três pessoas a oeste da Cidade de Gaza, conforme relatado pelo hospital que atendeu as vítimas. As Forças de Defesa de Israel (IDF) afirmaram que os ataques foram em retaliação ao Hamas, após uma suposta violação do cessar-fogo na região leste da cidade de Rafah. "Em resposta à flagrante violação do cessar-fogo ocorrida ontem, na qual terroristas saíram de um túnel subterrâneo no leste de Rafah e dispararam contra as tropas, as Forças de Defesa de Israel (IDF) e o Serviço de Segurança de Israel (ISA) realizaram ataques contra terroristas do Hamas em Gaza", informou a IDF no X. O cessar-fogo entre Hamas e Israel, mediado pelos EUA, permanece em vigor apesar das negociações estagnadas. Como parte do acordo, ambos os lados aceitaram um plano de 20 pontos proposto pelo presidente Donald Trump.

Gestapo de Trump

Família acusa ICE de negar medicação a bebê doente

GEOVANNA HORA/AE

Os advogados que cuidam da causa de uma bebê que estava sob custódia do Serviço de Imigração e Fiscalização Aduaneira dos Estados Unidos (ICE, na sigla em inglês) afirmaram que ela teve medicação negada por agentes de imigração enquanto tratava três doenças respiratórias e enfrentava um quadro de insuficiência respiratória grave.

Segundo a emissora *NBC News*, Amalia, de 18 meses, foi detida com a mãe, Kheilin Vale-ro Marcano, e o pai, Stiven Arrieta Prieto, em El Paso, no Estado do Texas, em 11 de dezembro. A família foi levada para o Centro de Processamento de Imigração de Dilley, a mais de 800 quilômetros de distância, onde ficam detidas famílias imigrantes.

O espaço, planejado inicialmente para receber apenas mulheres e crianças, mas posteriormente adaptado para abrigar famílias, foi reinaugurado em março do ano passado e tem capacidade para cerca de 2,4 mil pessoas.

No entanto, entidades de defesa da infância apontam que o centro não tem estrutura adequada para acolher crianças pequenas, como Amalia. O local já foi alvo de um processo judicial

movido pelo Centro Nacional de Direito da Juventude devido à insuficiência de alimentos e assistência médica.

Amalia e seus pais foram libertados na última sexta-feira, após a concessão de um habeas corpus. No processo, ao qual a NBC teve acesso, a defesa da menina afirmou que ela ficou doente poucos dias após dar entrada no local, apresentando febre alta, vômitos, diarreia e dificuldade para respirar. Os pais chegaram a levá-la à clínica médica do centro oito vezes, mas conseguiram apenas medicação para febre.

De acordo com a reportagem, a bebê precisou ser encaminhada às pressas para um hospital em San Antonio, a cerca de 120 quilômetros de Dilley, em 18 de janeiro. Na unidade, ela foi diagnosticada com pneumonia, Covid-19 e infecção pelo vírus sincicial respiratório (VSR), além de enfrentar um quadro de insuficiência respiratória grave.

"Ela estava à beira da morte", disse à NBC a advogada Elora Mukherjee, professora da Faculdade de Direito da Universidade Columbia e diretora da Clínica de Direitos dos Imigrantes da instituição, que entrou com o pedido emergencial de liberdade para a família.

Após dez dias de tratamento no hospital, inclusive com uso

de oxigênio, a bebê e a mãe foram obrigadas a retornar ao Centro de Processamento de Imigração de Dilley, mesmo após alerta dos médicos de que Amalia estava vulnerável e apresentava alto risco de reinfecção.

Ainda assim, os médicos re-ceitaram medicamentos que deveriam ser administrados no local para dar continuidade ao tratamento, incluindo suplementos e substâncias para nebulização.

No entanto, a defesa afirmou no processo que, ao chegaram ao centro, os itens entregues pelos médicos foram apreendidos. Segundo os advogados, os pais da menina enfrentavam "longas filas durante horas diariamente" para solicitar os remédios, mas os agentes "negaram o acesso à medicação".

"Depois de a bebê Amalia ter ficado hospitalizada por 10 dias, o ICE achou que ela deveria ser devolvida a Dilley, onde lhe foi negado o acesso aos medicamentos que os médicos do hospital disseram que ela precisava", disse Elora à NBC. "É um absurdo."

A porta-voz do Departamento de Segurança Interna dos EUA (DHS, na sigla em inglês), Tricia McLaughlin, negou, em nota enviada à NBC, que a medicação tenha sido retida. Segundo ela, antes da hospitaliza-

ção, Amalia "recebeu imediatamente os cuidados médicos adequados" e, ao retornar a Dilley, "foi internada na unidade médica, recebeu o tratamento adequado e os medicamentos prescritos".

A CoreCivic, empresa que administra o Centro de Processamento de Imigração de Dilley, afirmou, também em nota à NBC, que "a saúde e a segurança" das pessoas sob seus cuidados são sua principal prioridade.

Kheilin e Prieto são venezuelanos e afirmam ter fugido para os EUA em 2024 devido à perseguição do regime de Nicolás Maduro. Eles cruzaram o México para entrar no país e, durante o trajeto, Kheilin deu à lua Amalia ainda em território mexicano.

A defesa afirmou que o casal solicitou asilo por meio do aplicativo da Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA (CBP, na sigla em inglês) e que as autoridades autorizaram que a família permanecesse em El Paso enquanto o processo tramitava. De acordo com a ação judicial, eles cumpriram todos os requisitos exigidos, mas ainda assim foram presos pelo ICE ao comparecerem a uma audiência. Segundo Elora, mesmo após a libertação, os agentes não devolveram as receitas médicas nem a certidão de nascimento de Amalia.

Macron

Europa precisa se tornar 'uma potência', diz presidente francês

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

Em entrevista para o *El País*, o presidente da França, Emmanuel Macron (**foto**), disse ter uma abordagem "profissional" com o seu homólogo dos EUA, Donald Trump, e mencionou ser sempre "respeitoso e previsível, mas não fraco". "Nunca insultei os EUA, seu povo ou seus líderes. Mas quando há agressão flagrante, não devemos nos curvar nem tentar chegar a um acordo. Tentamos essa estratégia por meses, e não funciona", acrescentou, ao ressaltar, no entanto, que a Europa precisa se tornar "uma potência", e está "em plena metamorfose".

Diante disso, Macron reforçou que "nada está decidido" em relação à Groenlândia e que há uma discussão em curso com os dinamarqueses, que serão os responsáveis por qualquer decisão. "Não permitiremos que qualquer coerção seja exercida sobre eles", mencionou.

Groenlândia

Segundo ele, a natureza do

Acoro Nuclear

Irã envia alto integrante de segurança a Omã para responder a negociações

PEDRO LIMA/AE

Um alto integrante do aparato de segurança do Irã viajou ontem a Omã, país que atua como mediador nas conversas indiretas entre Teerã e Washington sobre o programa nuclear iraniano, em meio a temores de uma nova escalada militar no Oriente Médio.

Ali Larijani, ex-presidente do Parlamento e atual secretário do Conselho Supremo de Segurança Nacional do Irã, deve levar às autoridades omanenses a resposta de Teerã à rodada inicial de negociações realizada na se-

mana passada em Mascate. Segundo a agência estatal IRNA, Larijani tem encontros previstos com o chanceler de Omã, Badr al-Busaidi, principal intermediário do diálogo, e com o sultão Haitham bin Tariq. A agência descreveu as tratativas como "importantes", sem detalhar o conteúdo da mensagem.

Irã e Estados Unidos retomaram no fim de julho contatos sobre o dossiê nuclear, interrompidos após a guerra de 12 dias entre Israel e Irã. No fim de semana, o ministro das Relações Exteriores iraniano, Seyed Abbas Araghchi, afirmou a diplo-

matas em Teerã que o país manterá a posição de que precisa preservar o direito de enriquecer urânio, ponto central de atrito com o presidente dos EUA, Donald Trump, que ordenou bombardeios a instalações nucleares iranianas em junho.

O tema deve dominar a agenda da visita do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, a Washington nesta semana, segundo seu gabinete.

Paralelamente, os EUA reforçaram sua presença militar na região, com o deslocamento do porta-aviões USS Abraham Lincoln, navios e aeronaves para

pressionar o Irã por um acordo e manter capacidade de ataque. Recentemente, forças americanas abateram um drone que se aproximou do porta-aviões e entrevistaram em favor de um navio de bandeira americana no Estreito de Ormuz.

Na segunda-feira, a autoridade marítima do Departamento de Transportes dos EUA recomendou que embarcações americanas "permaneçam o mais distante possível" das águas territoriais iranianas no Estreito de Ormuz, por onde passa cerca de um quinto do petróleo comercializado no mundo.



TANIA REGO/ABRASIL